



TRADUTORES/INTÉRPRETE DE LIBRAS (TILIBRAS): CONSTRUÇÃO IDENTÁRIA

Genivaldo Oliveira Santos Filho^[1]

Rozilda Ramos dos Santos Oliveira^[2]

Richardson Batalha de Albuquerque^[3]

4. Educação e Inclusão

RESUMO

O estudo em questão se propõe a discutir a presença da identidade Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (TILIBRAS) – no processo da educação dos surdos. Neste contexto, a educação tem convocado este profissional, sem, entretanto conhecer a sua identidade em cena. Poucos são os trabalhos que se ocupam em refletir sobre TILIBRAS e quando acontecem são escritos por teóricos da educação que examinam o assunto dos Estudos Surdos para os Estudos Culturais. Desde modo, o tradutor interprete tem a atribuição de mediar a comunicação entre o aluno surdo, o professor e equipe pedagógica, garantindo a plena participação do educando no processo de ensino e aprendizagem. Tomamos como base para a fundamentação teórica deste estudo, pesquisadores de destaque no contexto em questão: Quadros (2004), Perlin (2006, 1998), Hall (2004) e Santos (2006). Em meio à diversidade do trabalho do TILIBRAS na sala de aula inclusiva.

Palavras-Chave: Tilibras; Tradutor Intérprete; Educação Inclusiva

ABSTRACT

This study aims to discuss the presence of the identity of the Brazilian Sign Language Translator Interpreter - LIBRAS (TILIBRAS) - in the case of deaf education. In this context, education has convened this professional, however not knowing their identity on stage. There are few studies that deal to ponder TILIBRAS and educational theorists who examine the subject of Deaf Studies Cultural Studies write when they happen. In this way, the interpreter translator is assigned to mediate the communication between the deaf student, the teacher and teaching staff, ensuring the full participation of the student in the teaching and learning process. We take as a basis for the theoretical foundation of this study, prominent researchers in the context in question: Frames (2004), Perlin (2006, 1998), Hall (2004) and Santos (2006). Amid the diversity of the work of TILIBRAS in the inclusive classroom.

Keywords: Tilibras; Translator Interpreter; Inclusive Education

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo apresentar a história do intérprete de língua oral – IO – e tradutor/intérprete de Língua de Sinais – TILS, pois existem muitas dúvidas sobre a atuação desses profissionais, como também contribuir com o desenvolvimento que vem sendo alcançada na esfera acadêmica (formação), política (profissão) e social (mercado de trabalho). Pensando nisso realizamos uma discussão de ideologia contemporânea para constituí-los como contribuintes da inclusão.

Devido à necessidade de compreensão da inclusão Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais TILIBRAS permanente de atualização do seu exercício nos campos trabalhistas para, especialmente, a demanda escolar contemporâneo. Além disso, sem uma conjectura crítica sobre essa demanda de não compreender o percurso deles, não poderíamos ajudá-los a desempenhar suas atividades numa turma da educação inclusiva.

São relevantes as reflexões sobre o conhecimento tanto da inclusão, quanto do marco legal do TILIBRAS e contribuí-lhes para se desenvolverem como intermediadores culturais com o objetivo de organizarem-se para o trabalho da coletividade. Verifica-se também que os surdos colaboram diretamente para que esses profissionais fossem hoje regulamentados ante a sociedade, a família e a comunidade. Neste contexto conheceremos a apreciação de ações que poder-se-á constituir conhecimentos de melhorias para a inclusão do TILIBRAS. Essas ações também podem contribuir para novas pesquisas sobre a inclusão e a identidade em cena do TILIBRAS, pois é necessário sempre cultivar novas ideias para futuras transformações.

Para finalizar, fizemos uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfico: Expusemos algumas narrativas dos teóricos: Quadro (2004), Wilcox (2005), Tanya (2005) Hall (2004), e outros, os quais fundamentaram nossas percepções sobre o TILIBRAS. E exibimos nossas compreensões, com fundamentos nos pesquisadores dessa demanda, através do seguinte roteiro: no primeiro momento TILIBRAS construção na educação inclusiva, por um lado o conhecimento do contexto histórico do TILIBRAS, como também formação acadêmica; no segundo momento traçamos a inserção do TILIBRAS em contexto da comunicação entre os envolvidos (surdos e ouvintes), como também nos marcos legais que assegura a atuação do TILIBRAS; e no terceiro momento expusemos a visão do fragmento da cultura e identidade surda; e por fim a identidade em cena dos TILIBRAS.

1. TILIBRAS: CONSTRUÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1. 1. Contexto histórico do TILIBRAS

No contexto histórico do ILS, na antigamente, a atividade de interpretar não era reconhecida enquanto profissão, segundo Rodríguez (2001) afirma que nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da revolução industrial, houve crescimento nas cidades, transformando as concepções a cerca do trabalho e do papel das pessoas surdas. Para que eles não fossem isolados, segundo a autora, instituições com fins religiosos, educativos, sociais e em outras, ofereciam serviços diferenciados. As pessoas que tinham contato com os surdos assumem o papel de “ponte” entre ambos (surdos e ouvintes), como também por decorrência da surdez na família que nasce filho ouvinte, cujos pais são surdos, estes desenvolviam a atividade de interpretar, havendo intermediação entre eles, isso por conta da aquisição e fluência de Língua de Sinais -- LS.

Podemos ressaltar que na Suécia predominavam traços religiosos resultando na conquista política dessa demanda. Segundo Santos Filho, Oliveira e Souza (2010), em 1938 criaram cargo de conselheiro no Parlamento para atendimento da demanda, em 1947 foram admitidos 20 profissionais com intuito do atendimento ao surdo e em 1968, a associação de surdos conseguiu ficar livre dos encargos na utilização dos intérpretes. Também criaram o primeiro curso de treinamento de intérprete.

Nos Estados Unidos, a organização dessa categoria profissional incumbiu-se em 1964, afirma Wilcox (2005), quando um grupo de intérpretes de língua sinalizada estabeleceu o registro de intérpretes para surdos. Esse registro assumiu a responsabilidade de formação, exercício e avaliação, constituindo código de conduta ética. Promoveu, também, workshops com a finalidade de implementar um sistema de avaliação nacional, naquele país, para testar e certificar os intérpretes habilitados a desempenhar as atividades.

No Brasil semelhanças foram observadas dentro desses aspectos. Questões como caridade, benevolência e ajuda aos surdos levaram muitos dos ILS que atuavam naquela época a não reivindicarem essa atividade como profissão. Por outro lado, o trabalho de evangelização direcionado aos surdos necessitava da presença do ILS para realizar as interpretações. Este fato é um marco na história dos ILSs, pois para esses trabalhos desenvolverem-se, a base era o voluntariado por parte dos ILSs. Segundo Rosa (2003) os interpretes da LIBRAS (ILIBRAS) já desempenhava suas atividades há muitos anos, pois ILIBRAS surgiu através de laços familiar. Por volta da década de 1980, houve os primeiros registros dos trabalhos de atuação dos ILSs.

Os ILSs, percebendo a carência de formação da categoria, começaram a mobilizar-se em busca de organização profissional. Quadros (2004) relata que vários encontros em todos os estado que contribuiu de forma significativa para a formação desses profissionais.

1. 2. Construção da Formação do TILIBRAS

Há vários níveis de formação de intérpretes para surdos no mundo. Desde o nível secundário ao nível de mestrado e doutorado, podemos encontrar pessoas especializando-se para se tornarem profissionais mais qualificados. Essa variação em níveis de qualificação reflete um desenvolvimento sócio-cultural da comunidade surda. A preocupação em formar intérpretes surge a partir da participação ativa da comunidade surda onde esta se inserida, pois se os surdos não compõem um grupo com identidade sócio-cultural-política, o intérprete não se compõe enquanto profissional. Dependendo desse nível de envolvimento, a comunidade surda estará, mais ou menos, envolvida na formação dos intérpretes proporcionando o sucesso ou não dessa prática.

Autores como Cristina Lacerda (2011), Eulália Fernandes (2003), Teske Ottmar (2003), Luz Evanise (2003) e Tanya Felipe (2003) elucidam a importância da construção da formação acadêmica dos TILIBRAS, pois estes, segundo Tanya (2003), estão influenciando positivamente ou não na escolarização dos surdos.

A formação acadêmica desse profissional é construída por um currículo amplo que tem disciplina propícia para a interpretação. Segundo Fernandes (2003), deve haver cursos profissionalizantes que abracem módulos com disciplinas consistentes para se trabalhar, como também necessita de um ambiente ideal, cooperação com professor; participações pedagógicas e compartilhamentos com os outros intérpretes. Contudo, Ottmarq (2003) questionou os intérpretes em um determinado curso de formação de intérprete, resultando na resposta em que eles prestavam uma grande bondade para os surdos. No questionário apresentado aos surdos, esses reivindicaram a importância da formação desse profissional e remuneração equivalente. Contudo, quando os surdos conseguiram os avanços acadêmicos (do ensino fundamental ao ensino superior) deu-se a participação dos intérpretes para obtê-los (LUZ, 2003).

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INSERÇÃO DO TILIBRAS

2. 1. Os TILIBRAS: intermediadores na comunicação da educação inclusiva

Na inserção do TILIBRAS no escola inclusiva Quadro (2004) conceitua o trabalho do TILIBRAS através dos seguintes questionamentos: professores de surdos são TILIBRAS?

As pessoas ouvintes que dominam a LS são TILIBRAS?

Os filhos de pais surdos são TILS?

Os TILIBRAS são os responsáveis pela comunicação entre os falantes de uma língua (no caso, a LIBRAS) e de outra língua (no caso, o Português). No contexto de sala de aula, que seja do ensino fundamental seja do ensino médio e até no ensino superior, eles constituem um intermediador de comunicação entre aluno (s) surdo(s), aluno(s) ouvinte(s) e professor (surdo ou ouvinte).

A inovação da atuação desses profissionais nos ambientes educacionais favorece, por vezes, conflito em relação a seu papel. Com certa frequência, ele é confundido com o professor, já que pouco se debate sobre seu papel nas diversas instituições de ensino para as diferentes faixas etárias, não se distinguindo sobre a abstrusa e extraordinária tarefa dentro da sala de aula, o que é cada vez mais habitual nos exercícios educacionais. Nesse sentido Lacerda assevera que:

Neste contexto, o intérprete de língua de sinais em sala de aula intermediando as relações entre professor/aluno surdo, alunos ouvintes/aluno surdo nos processos de ensino/aprendizagem, tem grande responsabilidade. Além dos conhecimentos necessários para que sua interpretação evitando omissões, acréscimos ou distorções de informações de conteúdo daquilo que é dito para a língua de sinais, ele deve estar atento às apreensões feitas pelos alunos surdos, e aos modos como eles efetivamente participam das aulas. (2007, p.19).

Assim, a ausência desse profissional atrasa o desenvolvimento dos alunos surdos, pois estes perdem informações e discussões que acontecem em sala de aula e conseqüentemente não compartilham das atividades acadêmicas de modo adequado. Além de uma ótima interpretação, o intérprete em sala de aula precisa possibilitar ao aluno surdo um intercâmbio com os alunos ouvintes, como também questionar os professores, apregoando suas apreciações e, portanto, apontando suas capacidades. "Sendo assim, cumpre-se a lei, mas exime-se da responsabilidade de subsidiar o trabalho desse profissional, contando para isso com as diversas formas de contratação" (SANTOS, 2006, p.90).

2. 3. TILIBRAS: As leis que asseguram a Educação Inclusiva focalizando a regulamentação do profissional

A Declaração de Salamanca (1994, apud BRASIL, 2006) foi um marco para estimular a inclusão educacional. É um documento internacional firmado por diversos países, até mesmo o Brasil, e teve como objetivo não aceitar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o começo da escolarização. Com isso, o poder público pôs o TILIBRAS na sala de aula onde há surdos matriculados, almejando, assim, propor tática para cultivar a ideia de que a educação do surdo deve ser disponibilizada no ensino regular com a garantia ao surdo da aquisição dos conteúdos escolares na sua própria língua (QUADROS, 2004).

Na educação brasileira é normal a luta pela inclusão. Temos desenvolvido leis e decretos amparando e regulamentando o ensino de qualidade acessível para todos. O decreto nº 5.626/2005 (apud BRASIL, 2006) regulamenta a lei nº 10.436/2002 (apud BRASIL, 2006), dispõe sobre o reconhecimento da LIBRAS e assevera o direito dos surdos de comunicar-se em sua língua, no caso a LIBRAS. Após o Decreto 5.626/05, o MEC instituiu uma proposta de formação de TILS bem característica, na qual os professores da rede regular de ensino transpõem por uma capacitação intitulando-se "professores-intérpretes". O desempenho resultará em posições distintas, quando "professores-intérpretes" estiver desempenhando a função de docente em um turno, no turno contrário precisará praticar a função de intérprete no comparecimento de outro docente.

O processo de reconhecimento profissional no Brasil inicia no ano de 2005, quando o Decreto 5.626 regulamenta a Lei de LIBRAS. Nesse Decreto continua a ser conhecida a presença desse profissional no âmbito educacional em todos os níveis. No entanto, apenas no ano de 2010 tal fato concretiza-se através Lei 12.319[4], de 1º de setembro. Este é um avanço tanto para o profissional intérprete, que conquista

gradativamente espaços, quanto para o discente surdo, que passa a enfrentar uma barreira a menos ao cursar o ensino fundamental ao ensino superior público/privado.

3. FRAGMENTOS E SIGNIFICADOS DA CULTURA E IDENTIDADES SURDAS

Afinal, o homem é respectivamente fundador e fruto da cultura e identidade, a qual ele pertence. Contudo é função da educação conduzir essa imagem, estabilizando-a com o ensino dos conhecimentos e comportamentos. E o que é cultura?

O que é Identidade?

A cultura é um testemunho da dinâmica dos indivíduos e das comunidades. A trama de culturas que enreda cotidianamente o Brasil registra e qualifica essas movimentações. Segundo Farias Filho et al (2004) relata que alguns teóricos - como Dominique Júcia, André Cheval, Jean Claude Forquim - refletem sobre a cultura propondo ser exercício, saberes, coordenação que influenciam nas regras ou conjunto de normas e práticas dentro da sociedade.

Entretanto a cultura pode ser considerada uma penetração do indivíduo em um determinado universo imaginário. Esse processo corresponde à construção de normas e expectativas de comportamento. Segundo Tura (2001) a cultura não é um fato acabado, mas uma dinâmica que precisa sempre reconstruir suas respostas demonstrando aos grupos sociais.

Penãlongo (2003) lembra-se da história de sua colonização multicultural e a problemática da globalização, trazendo a questão da cultura na diversidade da América Latina.

A identidade de acordo com Perlim (1998) é algo em debate, em construção; uma construção móvel que frequentemente é modificado ou estar em movimento e empurra o indivíduo em diversa posição. As identidades entendem aspectos relacionais ao mesmo momento que distingue a partir da coexistente necessidade de concorrente e autonomia.

Segundo Aurélio (2001) a identidade é o caractere próprio e exclusivo de uma pessoa. A identidade possui diversidade de conceitos, devido às áreas de conhecimento que acontecem: na sociologia conceitua como compartilhar de várias ideias e ideais de determinado grupo; na antropologia consiste na soma não concluída de um aglomerado de signos; na medicina numa série de exames feitos nas pessoas vivas ou mortas; na fisiologia constitui nas cogitações por vários pensadores e correntes filosóficas; no Direito delimita legalmente torna-se a pessoa diferente dos demais. A identidade pode ser divididos em: visual, corporativa nacional, de gênero, social, cultural, de objeto e digital.

Perlin (2006) aborda os aspectos da identidade cultural dos surdos, ou seja, elementos culturais mais conhecidos, no qual colocamos a seguir: identidade surda é construída no interior da cultura surda, pois, o sujeito surdo deve procurar o jeito de ser surdo; diferença é entendida como o ser surdo com a sua alteridade; LS é entendida como uma dos indícios mais presente detectado nas relações interculturais entre os povos; poder é entendido como maneira de nos identificarmos nas posições do sujeito fortemente marcadas pelas relações de poder, ou seja, não existe dominador e nem dominante, e sim autores do ser surdo.

A autora Strobel (2008) expõe a seguinte preocupação: os surdos tem cultura?

E afirma que a cultura surda é entendida como o jeito de ser surdo, de entender o mundo, transforma-lo e possui percepção visual para a conciliação com a identidade surda. Com isso, Perlin (2004) afirma que as identidades surdas surgem por intermédio das representações da cultura surda. Na perspectiva identidade e cultura surda, Strobel (2008) distingue a diferença entre a comunidade surda e povo surdo e é conceitualizado da seguinte forma: o povo surdo é aquele que foca os mesmos objetivos, a mesma língua a mesma cultura; a comunidade surda consiste em lutar pela causa.

As sociedades contemporâneas, para Hall (2004), são sociedades de transformação constante e instantânea que provocam alterações no espaço e no tempo, desalojando e partindo as suas próprias composições interiores. De acordo com o mesmo autor existem três concepções de identidade: o sujeito do Iluminismo que é “um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação [...]” (HALL, 2004, p. 10); o sujeito sociológico que “é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (HALL, 2004, p. 11); e o sujeito pós-moderno que é “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2004, p. 13).

3. TILIBRAS: IDENTIDADE EM QUESTÃO

A autora Strobel (2008) apresenta os artefatos culturais da pessoa surda da seguinte forma: experiência visual; linguística; familiar; literatura surda; vida social e esportiva; artes visuais; política; materiais. Contudo, focamos os artefatos culturais linguísticos, pois são através das LIBRAS que os surdos conquistaram o espaço no Brasil.

A língua, salienta Strobel (2008), e a identidade são os elementos primordiais de uma cultura. Rajagopalan (2003, apud SANTOS, 2006, p. 31). “a língua é muito mais que um código ou um instrumento de comunicação. Ela é, antes de qualquer outra coisa, uma das principais marcas da identidade de uma nação, de um povo. ela é uma bandeira política”.

Para Padden e Humphries (2000 apud STROBEL, 2008), na comunidade Surda temos os indivíduos Surdos e ouvintes. Todos compartilham seus experimentos através da língua de sinais (LS), contudo, os Surdos possuem experiências de vida genuinamente visuais e os ouvintes que por alguma proximidade, que seja profissional, que seja parentesco, conhecem a LS e também as especialidades Surdas. Neste contexto, a autora Gladis Perlin (2006) nos elucida ao expor que os intérpretes “apresentam suas próprias particularidades, identidade e orbitalidade, no ato da interpretação”. (PERLIN, 2006, p. 01). Trazemos uma reflexão: O TILIBRAS tem identidade?

Hall (2004) apresenta alguns subsídios e suas consequências políticas que permeia a identidade que são: deslocamento, as contradições, a erosão de uma identidade mestra, a maneira como o indivíduo é interpelado e o pertencimento a cultura.

O complexo trabalho do TILIBRAS pode ser definido como uma situação embaraçosa: de um lado impedir o modo de ser de uma cultura, reproduzindo vocábulos e translações que a ela (a língua) pertencem, e de outro infligir ao texto a ser traduzido a maneira de ser de sua própria cultura, encobrendo costumes e evidências que dão vida e especificidade a língua alvo. Com isso, a identidade do TILIBRAS é apresentada através do ato interpretativo, pois requerem do TILIBRAS competência e habilidade, principalmente por causa da especificidade das línguas envolvidas.

Nesse processo de intermediação os “[...] costumes, expressões, culturas, representações sobre as diferentes formas de entender a sociedade, as escolhas das palavras adequadas na interpretação e vocábulo que está sendo utilizado” (SANTOS, 2006, p. 31) são os principais fatores que influenciam o ato interpretativo do TILIBRAS.

Quando aprendemos uma língua, também absolvemos a cultura e identidade. Sendo assim, quando o TILIBRAS é inserido no grupo de surdo, isso “[...] significa adquirir, saber ter fluência na LS e no português, ter postura ética e estar inserido nos espaços onde os surdos transitam, pois esses elementos são primordiais para pertencer a esse grupo” (SANTOS, 2006, p. 31).

Conforme Santos (2006) aqueles que passam pelo processo de aquisição da LS para serem ILS, teve contato com adultos surdos que durante o processo de aprendizagem das L2 desenvolvem habilidades e estratégias na expressão da LS.

Em seus estudos, Perlin (2006) afirma que os TILIBRAS voltam para casa. Esse profissional, não surdo, segundo a autora, atendem um hibridismo, pois os TILIBRAS levam consigo a fundamentação linguística, sociais, culturais de ambas as línguas (LP e LIBRAS) no momento de interação. E assim marca a alteridade e coloca em evidências a identidade dos TILIBRAS.

Na apresentação dos conceitos culturais da pessoa surdas através de Perlin (1998), tentamos aproximá-las da tentativa de entender o processo de identidade desses Profissional. Entretanto, a identidade do TILIBRAS se constitui na organização de poder, de oposição, de colonialismo e assistencialismo. Podemos dizer que “as identidades não são fixas, pronta ou ligada a uma identidade mestra, mas, ao contrario, são incompletas, deslocam-se constantemente permeadas pelos espaços, discursões, contextos culturais nos quais os ILS transitam” (SANTOS, 2006, p. 33).

A atuação do TILIBRAS esta em todos os contextos discursivos, tanto educacionais, político e social, quanto nos processos adquiridos de identidade como religião, gênero e cultura, pois fazem parte do universo indenitário do TILIBRAS. Sendo assim, às vezes sem a formação adequada para a atuação em certo momentos como construídos só de trabalhadores de línguas. Nesse momento o TILIBRAS mexe com a auto-estima afetando o desenvolvimento profissional (SANTOS, 2006). De acordo com Hall (1997, apud SANTOS, 2006, p. 36) “as questões culturais interpelam nossas vidas, marcam e afetam a constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como ator social”, como também, segundo Santos (2006) “as questões linguísticas, culturais, sociais e econômicas propiciam aos sujeitos que novas identidades entrem em jogo, refletindo-se também na constituição das identidades dos ILS” (p. 31).

[...] o fato dos ILS transitarem entre duas línguas, traz consequências além das habilidades visuais e auditivas, isto é, outras questões entram em cena, tais como o hibridismo cultural, uma vez que esses profissionais se deslocam entre fronteiras culturais (de surdos e ouvintes) e se constituem politicamente nesses espaços sociais e culturais que desencadeiam relações amplamente complexas. (SANTOS, 2006, p.30).

A partir do momento que o TILIBRAS enfrenta o momento de intermediação cultural. Ele procura sempre ocupa um espaço, desempenhando um papel de negociação de espaço, tanto no espaço dos surdos que dependendo de sua identidade for aceita por eles (surdos), como a dos ouvintes que apesar de ser não surdo, mas possui uma identidade hibrida. Assim:

No meio do povo surdo, alguns ILS são mais aceitos que outros, reconhecidos como identidades mais compatível com a cultura surda. Isto significa que o intérprete emerge de certas relações políticas de discursos referentes à cultura surda. E na figura cúmplice do intérprete, aceita no povo surdo, existe a reinscrição cultural referencialmente política (PERLIN, 2006, p.144).

Os TILIBRAS, segundo Santos (2006), transitam nas duas culturas envolvidas, mas não pertence a nenhuma. Esse intermediador cultural tem intimidade com ambas as culturas, vive em deslocamento. Apesar de serem ouvintes, o TILIBRAS desenvolve característica diferenciada do seu par. Assim, segundo Santos (2006) os TILIBRAS “são Outros, em que outra identidade emergiu” (p. 36). E assim, dizemos que “as identidades estão em constante deslocamento, elas se cruzam e podem ser contraditórias levando os sujeitos a descobrirem outras identidades não experimentadas” (SANTOS, 2006, p. 37)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os surdos são os responsáveis para que aconteça o serviço da interpretação da LIBRAS. É importante, de certo modo, comparamos com os intérpretes de língua oral os TILIBRAS, esses desempenham os mesmos papéis de interpretação só que da LS para a LP e vice-versa. Esses profissionais intermediam os surdos e os ouvintes e as línguas, utilizados com ambos os envolvidos, necessitam de técnicas no serviço de

interpretação. No entanto, o desconhecimento destes aspectos profissionais da interpretação de LS para gera um serviço fundamentado na ética e política dos TILIBRAS.

Por fim, nos estudos surdos existem a predominância da identidade dos TILIBRAS que vive em dois mundo um dos surdos e outro dos ouvintes. E é nesse contexto que o TILIBRAS fica com as identidades em erosão. Tanto por conviver nos dois contextos de mundo, como na intermediação cultural, pois as duas línguas (língua Portuguesa e LIBRAS) pedem envolvimento culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais / Organização: Ricardo Lovatto Blattes . – 2. ed . – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

FARIA FILHO, L. M. de; GONÇALVES, I. A.; VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **In: Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004

FELIPE, Tanya A. A função do intérprete na escolarização do surdo. **In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões**. Congresso Internacional do INES, 17-19 de setembro de 2003, p. 87-98.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos... . 4. Ed. Ver. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Eulália. A função do intérprete na escolarização do surdo. **In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: desafios e reflexões**. Congresso Internacional do INES, 17-19 de setembro de 2003, p. 83-86.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LACERDA, C. B. F. de. **O intérprete de língua de sinais: investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Relatório de Pesquisa. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Proc. 00443-3/05, p.1-84, 2007.

_____. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LEI 12.319 DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Regulamentação do profissional tradutor intérprete de LIBRAS. Acesso 09 de novembro de 2012: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm

LUZ, Evanise. A função do intérprete na escolarização do surdo. **In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: desafios e reflexões**. Congresso Internacional do INES, 17-19 de setembro de 2003, p. 105-107.

PEÑALONZO, J. O. La escuela, diferentes contextos culturales e culturas de frontera. **In: Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 149-155, 2003.

PERLIN, Teresinha Gladis. **Histórias de vida surda**: identidades em questão. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS/FACED, Porto Alegre: 1998.

_____. A Cultura Surda e os Intérpretes de Língua De Sinais (ILS). **In: Processos Tradutórios, Línguas de Sinais e Educação.** Grupo de Estudos e Subjetividade. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.136-147, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592. 136.

_____. O lugar da cultura surda. **In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

QUADRO, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

RODRÍGUEZ. E. de los S. **Técnicas de la interpretación de lengua de signos.** 2º ed. Barcelona: CNSE Fundación, 2001.

ROSA, Andréa S. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação entre surdos e ouvintes. **In Ivani Rodrigues Silva; Samira Kauchaje; Zilda Maria Gesueli (Org). Cidadania, Surdez e Linguagem.** São Paulo: PLEXUS, 2003.

SANTOS, S.A. **Intérpretes de língua brasileira de sinais:** um estudo sobre as identidades. 2006. p. 198. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. Orientadora. Dra. Ronice Muller de Quadros.

SANTOS FILHO, G. O.; OLIVEIRA, R. R. dos S.; SOUZA, R. de C. S. A Função dos Tradutores/Intérpretes de LIBRAS - TILIBRAS - na Educação Inclusiva, **In: Surdez, Deficiência Auditiva e Educação Inclusiva.** Aracaju-SE. Editora Criação. 2013

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis. Editora UFSC. 2008.

TESKE, Ottmar. A função do intérprete na escolarização do surdo. **In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: desafios e reflexões.** Congresso Internacional do INES, 17-19 de setembro de 2003, p. 99-104.

TURA, M.L.R. A cultura escolar e identidade. **In: Revista Espaço,** Rio de Janeiro: INES, n .16, p. 15-19, 2001.

WILCOX, Sherman. **Aprender a ver.** Tradução: Tarcísio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: ARARA AZUL, 2005.

[1] Graduado em Letras/Português. Pós-graduado Lato Sensu em LIBRAS. cursando Pós-graduação lato sensu língua portuguesa. Proficiência em Tradução/intérprete de Libras e Uso e Ensino de Libras Ensino Superior (PROLIBRAS). Intérprete no Tribunal de Justiça de Sergipe. Dr. honorário em Defensor Direitos Humanos. Presidente da AILES - Associação dos Interpretes de LIBRAS de Sergipe. E-mail: grlibras@hotmail.com

[2] Graduada em Letras/Português. Pós-graduada Lato Sensu em LIBRAS. Proficiência de Uso e Ensino de LIBRAS, Nível superior (PROLIBRAS). Intérprete no Tribunal de Justiça de Sergipe e Programa Câmara em Ação (TV ATALAIA). Associada da AILES - Associação dos Interpretes de LIBRAS de Sergipe. Drª Honorária em Direitos Humanos. E-mail: rozildaramos@hotmail.com

[3] Especialista em Didática do Ensino Superior pela faculdade Pio Décimo. Licenciado em Geografia pela Universidade Tiradentes. Professor da educação básica na rede pública e particular de ensino do Estado de Sergipe. E-mail: professorbatalha@hotmail.com

[4] LEI 12.319 DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm

Recebido em: 29/06/2014

Aprovado em: 29/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: